

Acampados na Esplanada dos Ministérios, líderes de mais de 150 etnias pretendem entregar aos parlamentares proposta de Estatuto dos Povos Indígenas. Reivindicações incluem a criação de um sistema de educação específico e demarcação de terras. **3**



Elza Fiuza/ABR

Plenário deve votar medidas anticrise

A pauta do Plenário está trancada por sete medidas provisórias. As quatro primeiras destinam-se a atenuar os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira. A ordem do dia inclui mais 20 itens entre projetos de lei e propostas de emenda à Constituição, cuja análise depende da votação das MPs. **4 e 5**

Novo Código de Processo Penal em debate na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado realiza hoje, às 10h, a primeira de uma série de audiências públicas para debater o anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal. **5**

Waldemir Barreto



Mão Santa (E) discursa na sessão em homenagem ao Dia Internacional do Trabalho, presidida por Paulo Paim

Senadores conclamam trabalhador a mobilização

O Plenário homenageou ontem os trabalhadores pela passagem do Dia Internacional do Trabalho, transcorrido na sexta-feira. Os senadores destacaram temas como o desemprego, os projetos que beneficiam os aposentados e a necessidade de mobilização para manter direitos. **7 e 8**

Lucena e Garibaldi querem ajuda para estados afetados pelas cheias

Gerardo Magela



Lucena pede sensibilidade a todas as autoridades envolvidas com o problema

Os senadores Cícero Lucena e Garibaldi Alves alertaram para as difíceis condições a que estão sujeitos os nordestinos atingidos pelas enchentes. "É hora de a máquina pública mostrar agilidade", disse Lucena. Garibaldi, por sua vez, teme a "repetição da omissão e indiferença" do governo. **8**



Garibaldi: "O fenômeno das chuvas se repetiu. O da omissão também se repetirá?"

Gerardo Magela

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A pauta da sessão deliberativa, às 14h, está trancada por sete medidas provisórias.

Abertura da 2ª Semana do Continente Antártico

Às 14h30, no auditório do Interlegis, será aberta a 2ª Semana do Continente Antártico, com palestras de especialistas da Marinha do Brasil, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Ministério do Meio Ambiente. A semana se estenderá até sexta-feira, dia 8, com exposições, palestras e lançamento de livro.

Subcomissão discute normas para a profissão de comerciário

A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e Previdência Social, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realiza às 9h audiência pública para instruir o projeto sobre a regulamentação da profissão de comerciário. Foram convidados os presidentes da Federação do Comércio de Bens, Serviços

e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio), senador Adelmir Santana; da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores, Antônio Alves Almeida; e os coordenadores do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto; e da Força Sindical, Luiz Carlos Motta.

Na CAS, debate sobre suinocultura

A situação da suinocultura no Brasil será discutida, às 9h30, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Deverão participar do debate o presidente da Cooperativa Central Oeste Catarinense, Mário Lanznaster; o vice-presidente da Secretaria da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, Enori Barbieri; e o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, Pedro Camargo Neto.



J. Freitas

Subcomissão do Fórum Mundial da Água apresenta relatório final

Será apresentado, às 10h30, o relatório final da subcomissão temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Às 11h, a comissão permanente realiza audiência pública para instruir a Medida Provisória (MP) 452/09, que trata do Fun-

do Soberano e de ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), entre outras providências.

Estão convidados para participar da discussão o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco; e o diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Luiz Antonio Pagot, entre outras autoridades.

CCJ discute o anteprojeto do CPP

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, às 10h, audiência pública para debater o anteprojeto apresentado pelos juristas responsáveis pela reforma do Código de Processo Penal. Logo após, a CCJ analisa requerimentos de votos de aplauso.

Comissão examina efeitos da crise

Às 10h, a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debatem a situação em audiência pública com os presidentes da Federação das Indústrias dos estados de São Paulo, do Ceará e do Rio Grande do Sul.

CE analisa projeto sobre periodicidade anual na aplicação do Enade



J. Freitas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne às 11h para analisar 15 itens. O primeiro projeto da pauta estabelece periodicidade anual na aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e prazo máximo de um ano para adoção de providências em termo de compromisso (Lei 10.861/04). Serão feitas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

Sarney recebe comitiva para tratar da proteção da Amazônia

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe às 11h30 o ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro; às 12h, o presidente do *Correio Braziliense*, Álvaro

Teixeira; às 15h30, a senadora Ideli Salvatti e comitiva, para tratar de projeto de iniciativa popular visando à proteção da Amazônia; às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

Segundo Romeu Tuma, o Banco Central também ajudará a apurar denúncias de irregularidades em operações

MP terá dados sobre empréstimo em consignação

O MINISTÉRIO PÚBLICO receberá as informações necessárias para investigar supostas irregularidades nas operações de concessão de empréstimos consignados no Senado. A informação foi dada ontem pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), corregedor da Casa, que recebeu a incumbência do presidente do Senado, José Sarney.

– Na semana passada, quando o senador Demostenes Torres [DEM-GO] disse que era melhor mandar o assunto para o Ministério Público, o presidente Sarney determinou que eu tomasse essa providência. Vou primeiro pedir ao Banco Central que faça um levantamento dos empréstimos que foram concedidos a funcionários ultrapassando o limite de 30%, que é o endividamento permitido. Vou mandar levantar todos os empréstimos e fazer um dossiê para enviar ao Ministério Público.

De acordo com Tuma, caberá

ao Ministério Público dar andamento ao documento e determinar ou não a apresentação de denúncia contra eventuais acusados de praticar ilícito nos contratos com as instituições financeiras que concedem empréstimos consignados a servidores do Senado.

Há duas semanas, a revista *Época* vem noticiando que o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi montou uma empresa em que sua ex-babá é acionista majoritária. A empresa assessora bancos que concedem empréstimos a funcio-

nários da Casa.

Além de pedir ao Banco Central levantamento sobre os empréstimos, Tuma quer saber se houve autorização de Zoghbi para que as margens consignáveis ultrapassassem o limite de 30% do salário do servidor. A medida permitiria prazos maiores para o pagamento das prestações.

Caberá ao Ministério Público apresentar ou não denúncia contra eventuais acusados

Polícia Legislativa abre inquérito sobre denúncias do casal Zoghbi

A Polícia Legislativa do Senado Federal abriu ontem inquérito para investigar as denúncias feitas pelo casal João Carlos e Denise Zoghbi, publicadas na revista *Época* no fim de semana. A informação foi prestada pelo 1º secretário da Mesa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Os dois deverão ser chamados para explicar as denúncias feitas na entrevista. De acordo com a revista, João Carlos e Denise acusam o ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia de chefiar um esquema de corrupção.

Heráclito Fortes reuniu-se no início da tarde de ontem com o diretor-geral do Senado, Alexandre Gazineo, e com o diretor da Polícia Legislativa, Pedro Ricardo Araújo Carvalho. Ao final do encontro, o senador anunciou a abertura do inquérito.

– Os fatos que constam na revista *Época* serão apurados e a Polícia Legislativa vai confirmá-los ou não. Se ficarem confirmadas as denúncias, serão tomadas as providências. Ou o casal falou a verdade e tomaremos as providências necessárias ou falou inverdades e assim será punido – afirmou Heráclito em entrevista à imprensa.

O senador, em resposta a perguntas de jornalistas, disse



Marcos Kollme

Heráclito não vê necessidade de pedir ajuda da Polícia Federal para investigar o caso

ainda que não vê necessidade de pedir investigações externas, da Polícia Federal, por exemplo. E acrescentou que o Ministério Público pode entrar na investigação no momento que quiser.

Aposentadoria

Heráclito confirmou que João Carlos Zoghbi, ex-diretor de Recursos Humanos do Senado, entrou com pedido de aposentadoria, mas que o resultado das investigações poderá dar novo rumo à solicitação.

O diretor-geral, Alexandre Gazineo, esclareceu a repórteres que, no caso de Denise Zoghbi, qualquer punição administrativa seria mais difícil, uma vez que a servidora está aposentada há mais de cinco anos.

Sarney participa de jantar em homenagem ao ex-presidente dos EUA Jimmy Carter

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem de jantar na residência oficial da embaixada dos Estados Unidos em homenagem ao ex-presidente norte-americano e Prêmio Nobel da Paz, Jimmy Carter, em visita à América Latina.

– Carter deu uma grande contribuição à história da Humanidade com sua permanente dedicação à luta em defesa

dos direitos humanos. Ele foi pioneiro e intransigente nessa luta – afirmou Sarney.

Carter, que presidiu os Estados Unidos entre 1977 e 1981, já passou pelo Equador, Peru e Bolívia, em viagem que começou no dia 27 de abril e se encerrou ontem, para divulgar os projetos da organização não governamental (ONG) Carter Center. No Peru, participou da Conferência Regional das

Américas sobre o Direito de Acesso à Informação.

No Brasil, Jimmy Carter encontrou-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A delegação também se reuniu com ministros e com empresários em São Paulo. De acordo com a Carter Center, o objetivo dos encontros é discutir a democracia na região, a crise financeira internacional, a produção de energia e alimentos e um

programa da instituição para eliminar a doença chamada cegueira do rio (oncocercose, transmitida pela picada da mosca-negra).

Carter também se reuniu com os presidentes dos outros países visitados: Rafael Correa, do Equador; Alan García, do Peru; e Evo Morales, da Bolívia.

Jimmy Carter ganhou o Nobel da Paz em 2002 por sua luta

em favor da democracia e em defesa dos direitos humanos.

A Carter Center é uma ONG sem fins lucrativos, fundada em 1982, cujo objetivo é melhorar as condições de vida nos mais de 70 países em que atua, auxiliando na solução de conflitos, promovendo o avanço da democracia, dos direitos humanos e das oportunidades econômicas, entre outras frentes de atuação.

Heráclito dará prioridade a concursados

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou ontem a nomeação de cinco novos servidores concursados da Casa. O senador afirmou que, em sua gestão na 1ª Secretaria, dará prioridade ao ingresso de concursados, com o objetivo de diminuir o peso dos terceirizados no total de funcionários do Senado.

Este ano já haviam sido convocados 35 servidores para atuar na área de Processo Legislativo e mais 52 servidores para a área de Comunicação Social, do mesmo concurso, realizado em 2008 pela Fundação Getúlio Vargas.

As nomeações foram publicadas no Boletim Administrativo de Pessoal (BAP) e no *Diário Oficial da União*.

Os nomeados ocuparão cargos de advogado do Senado e de consultor de orçamento.

Os novos advogados do Senado Federal são Eder Maurício Pezzi Lopez, Hugo Souto Kalil e Anderson de Oliveira Noronha.

Os consultores de orçamento nomeados ontem são Laerte Ferreira Morgado e Augusto Bello de Souza Neto.

Os nomeados têm agora até 30 dias para tomar posse nos cargos, com exceção daqueles que já são servidores públicos e que se encontram em licença especificada na legislação. Nesse caso, o prazo é contado a partir do término da licença.

Comissão debate mudanças em regras para licença ambiental embutidas em MP

Emenda torna menos rígidas normas relacionadas a intervenções de reparo, melhoria e duplicação de rodovias federais



Casagrande é autor do requerimento para realização de audiência pública

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) discute hoje, às 11h, a emenda que torna menos rígidas as regras de licenciamento ambiental para intervenções de reparo, melhoria e duplicação de rodovias federais, inclusive as que cortam a Amazônia. A emenda foi apresentada pelo relator, na Câmara, da Medida Provisória (MP) 452/08, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/09.

Foram convidados para a audiência o presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A MP 452/08 tratava originalmente apenas do Fundo Soberano e de ações do Dnit. De acordo com o autor do requerimento de realização da audiência, senador Renato Casagrande (PSB-ES), com a modificação feita pelos deputa-

dos houve uma evidente flexibilização da legislação ambiental no tocante às autorizações para a realização de obras de impacto significativo ao meio ambiente.

“O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, veio a público dizer da improPRIEDADE das alterações, bem como noticiou ter sido alertado por juristas de renome sobre a inconstitucionalidade da alteração da Lei 6.938/81 [que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente]”, diz Casagrande.

Subcomissão examina relatório sobre fóruns das águas

A subcomissão temporária criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA) para acompanhar as atividades do Fórum de Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água reúne-se hoje, às 10h30, para apresentar o relatório final dos trabalhos. O encontro será na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Em março deste ano, os senado-

res João Pedro (PT-AM), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Renato Casagrande (PSB-ES), Fátima Cleide (PT-RO) e Marisa Serrano (PSDB-MS) participaram do 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul, na Turquia. Em reuniões a cada três anos, o fórum busca apresentar soluções sustentáveis para o manejo dos mananciais

aquáticos e o acesso a eles.

Já o Fórum de Águas das Américas ocorreu em Foz do Iguaçu (PR), em novembro de 2008. O encontro reuniu técnicos, especialistas e autoridades governamentais ligadas à gestão das águas em países do continente americano. Na ocasião, representaram o Senado brasileiro as se-

nadoras Marisa Serrano e Marina Silva (PT-AC) e o senador Leomar Quintanilha.

O colegiado que irá apreciar o relatório final também é composto pelos senadores Gilberto Goellner (DEM-MT), César Borges (PR-BA), Almeida Lima (PMDB-SE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e Adelmir Santana (DEM-DF).

Índios acampam na Esplanada e pedem aprovação de estatuto

A criação de um sistema de ensino educacional específico para crianças indígenas e a garantia de revisão e novas demarcações de terras estão entre os itens da proposta de Estatuto dos Povos Indígenas que as lideranças de mais de 150 etnias pretendem entregar para parlamentares do Senado e da Câmara até sexta-feira, quando se encerra o Acampamento Terra Livre.

– Ao longo dos anos, temos tentado destravar a pauta do Congresso. O projeto que hoje se encontra no Congresso não condiz mais com a nossa realidade, porque tramita lá há 14 anos – afirmou o líder da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiame), Marcos Xukuru.

Segundo ele, outros assuntos que preocupam os índios são a mineração dentro das terras demarcadas, a gestão dos recursos hídricos, a falta de assistência à saúde e a criminalização e assassinato de militantes da causa indígena e dos próprios índios.

– Nós conseguimos poder de

veto em políticas de recursos hídricos, mas a Casa Civil não reconhece esse direito e continua tocando projetos de hidrelétricas sem nos ouvir – acusou.

Os projetos energéticos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também foram atacados pelo líder da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (Arpipan), Marcos Apurinã. “Existem mais de 40 projetos de hidrelétricas que vão inundar as nossas terras”, acusou.

Os índios reunidos na Esplanada – cerca de 250 acampados, e outros que comparecem ao longo do dia – também reclamam da violência no campo e da criminalização das lideranças. O principal exemplo, segundo eles, ocorre em Mato Grosso do Sul, nas terras guarani-kaiowás, onde estavam 42 dos 60 índios assassinados no ano passado, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A região é foco de conflitos porque os índios pedem a revisão da demarcação de terras no local.

(Agência Brasil)



Indígenas dizem que propostas hoje em tramitação estão ultrapassadas

Plenário analisa medidas provisórias de estímulo à atividade econômica

A pauta de votações está bloqueada por sete MPs. Entre elas, a que cria alíquotas e corrige a tabela do Imposto de Renda, a que destina R\$ 100 bilhões ao BNDES e a que capitaliza o Fundo Soberano



Transferência de terras da União para Roraima e ajuda federal a municípios para transporte escolar são assuntos a ser debatidos pelos senadores

SETE MEDIDAS PROVISÓRIAS trancam a pauta do Plenário, ou seja, têm de ser votadas com prioridade sobre os demais itens. As quatro primeiras tratam de matérias econômicas e podem servir para atenuar os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira.

O primeiro item é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/09, decorrente da MP 450/08, que criou o Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE). O objetivo do fundo é dar garantia a bancos para a construção de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão de energia, desde que as obras sejam parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PLV 4/09, proveniente da MP 451/08, corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, ao mesmo tempo em que criou duas novas alíquotas. A tabela que vigorou até o ano passado tinha apenas duas faixas: de 15% e 27,5%. Agora são quatro (7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). A mudança implicou renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 5 bilhões neste ano.

Na sequência, pode ser apreciado o PLV 5/09 (MP 452/08), que autorizou o Tesouro Nacional a emitir R\$ 14,2 bilhões para compor o Fundo Soberano do Brasil. O fundo foi criado no ano passado, mas o Congresso Nacional não havia aprovado o crédito suplementar para viabilizá-lo.

O quarto projeto é o PLV 6/09 (MP 453/09), o qual permite que a União empreste R\$ 100 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aumentar a capacidade da instituição de financiar projetos de longo prazo. O empréstimo será viabilizado principalmente pela emissão de papéis da dívida pública no mercado.

Salário mínimo

Também na pauta a MP 456/09, que aumentou em 1º de fevereiro o salário mínimo, cujo valor passou de R\$ 415 para R\$ 465. O aumento nominal é de 12,04%, obtido pela soma da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desde março de 2008 (6,64%) com a variação do produto interno bruto (PIB) de 2007 (5,4%). O valor diário

de salário mínimo passou a ser de R\$ 15,50, enquanto o valor da hora trabalhada é agora de R\$ 2,11.

Outro projeto na pauta – PLV 7/09 (MP 454/09) – autoriza a transferência de terras da União para Roraima e flexibiliza as restrições a que está sujeito o estado no uso dessas terras. A Lei 10.304/01 já havia consentido a transferência das terras, mas a operação não pôde ser finalizada porque faltava o detalhamento das áreas que permaneceriam com a União.

Já o PLV 8/09 (MP 455/09) incluiu os alunos do ensino médio e da educação infantil no programa de transporte escolar, e os do ensino médio no programa federal de merenda. A medida provisória concede o repasse direto de recursos às escolas por 180 dias se as transferências a estados ou municípios forem suspensas devido a irregularidades.

A ordem do dia inclui mais 20 itens entre projetos e propostas de emenda à Constituição. O exame deles, entretanto, depende da pauta estar liberada, ou seja, que não reste nenhuma MP editada há mais de 45 dias.

CAS debate regulamentação da profissão de comerciante

A regulamentação da profissão de comerciante vai ser discutida hoje em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta de debate partiu do senador Paulo Paim (PT-RS), que é autor de um dos dois textos que tratam dessa questão. O outro projeto foi apresentado por Pedro Simon (PMDB-RS). As matérias tramitam separadamente na comissão e deverão ser votadas em caráter terminativo. Um dos pontos convergentes entre os projetos é a necessidade de redução da jornada de trabalho dos comerciantes, que, com a inclusão de domingos e feriados, teria passado a ser "excessiva" e a gerar problemas de saúde e pessoais para os trabalhadores.

Em seu projeto (PLS 115/07), Paim estabelece como saída para essa situação a proibição do trabalho no comércio aos domingos e feriados, assegurando o descanso semanal remunerado da categoria aos domingos. Embora não determine o dia da folga, Pedro Simon propõe, no PLS 152/07, que a jornada diária de trabalho seja fixada em, no máximo, sete horas, totalizando uma jornada semanal de 42 horas. E que os eventuais acréscimos estarão sujeitos ao adicional de 100% sobre o valor da hora normal trabalhada. Também sobre o expediente do comerciante, o projeto de Paulo Paim estabelece a jornada diária em seis horas, a serem cumpridas de segunda-feira a sábado, entre

7h e 19h. A proposta fixa o piso salarial da categoria em três vezes o valor do salário mínimo e define o mês de novembro como data-base nacional unificada desses profissionais.

Além dos senadores integrantes da CAS, o assunto deverá ser debatido pelos seguintes convidados: o presidente da Federação do Comércio do DF (Fecomercio), senador Adelmir Santana (DEM-DF); o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), Antônio Alves Almeida; e o representante da Força Sindical, Luiz Carlos Motta.



Paim (E) apresentou projeto que define jornada de trabalho, descanso semanal obrigatório e piso salarial dos trabalhadores do comércio



Comissão de Ciência e Tecnologia também analisa redução da tarifa telefônica para acessar internet em cidade onde não há provedor

E-mail poderá servir de prova para a Justiça

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa amanhã projeto de lei da Câmara que determina que mensagem eletrônica (e-mail) poderá servir de prova documental perante a Justiça.

O texto do PLC 170/08 pressupõe que as informações fornecidas pelo emissor da mensagem são verdadeiras, bem como a manifestação da sua vontade, desde que tenham certificação digital segundo as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

O relator, Renato Casagrande (PSB-ES), considera que o projeto aperfeiçoa a legislação que regula a utilização de informações por meio eletrônico nas peças judiciais.

A proposta será analisada também pela CCI.

Videoconferência

Outra proposição em análise na CCT (PLS 736/07) permite que o acusado preso possa ser interrogado por meio de videoconferência. A proposta, que altera o Código de Processo Penal (CPP), recebeu parecer favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-TO), com duas emendas de redação.

A matéria prevê que o acusado preso, ao ser interrogado por meio de videoconferência, tenha assegurados canais telefônicos para que seja possível a comunicação entre o defensor que permanecer no presídio e os advogados que estiverem nas salas de audiência dos fóruns, e entre esses e o preso.

Conforme justificou o autor, Romeu Tuma (PTB-SP), "o uso da tecnologia diminui os riscos de fuga dos presos e gera economia

aos cofres públicos, uma vez que reduz gastos com pessoal de segurança e despesas de deslocamento até o fórum".

Também poderá ser analisado pela Comissão de Tecnologia projeto (PLS 317/05) que determina, em municípios onde não existir provedor local de acesso discado à internet, que as ligações telefônicas interurbanas para provedor de outro município sejam tarifadas como chamadas locais.

O relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), salientou que, mesmo sendo uma tecnologia ultrapassada – se comparada à solução de banda larga – o acesso à internet por discagem telefônica ainda é a única opção para grande parcela da população brasileira, principalmente nos pequenos municípios.



Comissão de Justiça também se reúne amanhã para votar extensa lista de matérias, entre elas a que tipifica o trabalho escravo como crime hediondo

CCJ discute hoje anteprojeto de novo Código de Processo Penal

Elaborada por juristas, proposta prevê a redução do número de recursos, cria a figura do juiz de garantia, que controlaria a legalidade das investigações, e limita o período de detenção dos acusados antes da condenação

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, a partir das 10h, a primeira de uma série de audiências públicas para debater o anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal (CCP), elaborado por uma comissão de juristas. Entre as principais novidades, está a que eleva de sete para oito membros a composição do tribunal do júri. A ideia é evitar que um réu seja condenado ou absolvido pela diferença de apenas um voto. Em caso de empate de quatro a quatro, de acordo com o anteprojeto, o réu será absolvido.

Criada no ano passado por requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES), a comissão de juristas procurou encontrar saídas para agilizar o trâmite processual e modernizar o Código de Processo Penal, em vigor há 68 anos. Após a análise do anteprojeto, uma comissão especial ficará encarregada de apresentar um projeto de lei a ser examinado pelo Congresso Nacional.

Para a audiência pública de hoje, foram convidados o juiz federal Antonio Corrêa; o professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Antonio Magalhães Gomes; o procurador da República Eugênio Pacelli; o consultor do Senado Fabiano Augusto da Silveira; o secretário de Justiça do Amazonas, Félix Valois Coelho; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamil-

ton Carvalho; o professor da Universidade Federal do Paraná (UFP) Jacinto Coutinho; o delegado da Polícia Federal Sandro Avelar; e o promotor de Justiça do estado de Goiás Tito Souza do Amaral.

Entre outras mudanças, o anteprojeto cria a figura do juiz de garantia, que controlaria a legalidade das investigações. Conforme o texto, ele atuaria somente durante a fase inquisitorial. Oferecida a denúncia contra o acusado na Justiça, o juiz de garantia cederia seu lugar ao juiz do processo propriamente dito, o qual ficaria livre para avaliar como quisesse as provas colhidas na fase do inquérito.

Alterações

O anteprojeto impõe limites para a detenção de acusados antes da condenação. Atualmente, vigora a jurisprudência de que a prisão provisória pode durar, no máximo, 81 dias. Mas, na realidade, há muitos presos enfrentando prazos maiores. A proposta prevê a desburocratização por intermédio da aproximação entre Ministério Público e Polícia Judiciária. De acordo com o texto, passaria a ser direito o diálogo entre procuradores, promotores e polícia, o que hoje ocorre por meio do juiz. O anteprojeto prevê também que apenas um recurso seja feito em cada instância do Judiciário. Com a medida, haveria somente três recursos.

Comissão examina aumento do controle do sistema financeiro

Está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em sua reunião de amanhã, o projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que aumenta o controle sobre o sistema financeiro. A proposta estabelece que os integrantes do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) serão designados pelo presidente da República – atualmente, são indicados pelo ministro da Fazenda – e que a nomeação dependerá de aprovação pelo Senado.

Criado em 1985 no âmbito do Ministério da Fazenda para julgar recursos contra decisões relativas à aplicação de penalidades administrativas, o CRSFN teve sua competência ampliada por lei sancionada em 1995. Também recebeu a atribuição de julgar recursos contra decisões do Banco Central referentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação cambial, de capitais estrangeiros e de crédito rural

e industrial – tarefa que antes cabia ao Conselho Monetário Nacional.

Conforme Simon, o conselho não tem funcionado a contento como órgão de fiscalização do sistema financeiro. O senador afirma ainda, na justificativa do projeto (PLS 368/05), que a opinião corrente sobre o mercado é que o CRSFN, também chamado de "conselhinho", atenua, ameniza e, muitas vezes, retira as punições devidas.

Em voto favorável ao projeto, o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresenta estudo sobre o CRSFN, com base nos recursos de 1998 e 1999, concluindo que, em quase 50% das decisões do Banco Central, as sentenças foram revistas, com abrandamento das sanções. Em muito poucas, ocorreu agravamento da sentença.

Após votação na CCJ, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

Propostas ampliam a lista de crimes inafiançáveis

Além da votação da política de cotas e da emenda paralela à PEC dos Vereadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina amanhã extensa pauta que inclui proposições referentes a crimes hediondos. Integram a agenda nove projetos de lei do Senado que incluem no rol desses crimes o peculato e a corrupção passiva ou ativa; a inserção de dados falsos em sistema público de informações; o trabalho escravo; a adulteração de alimentos; e a corrupção de menores.

Relator dos projetos, o presidente da comissão, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou substitutivo em que acata o PLS 9/04, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o qual tipifica como crime hediondo reduzir a pessoa humana a condição análoga à de escravo. A prática já é considerada

crime, conforme o Código Penal.

Os demais projetos (PLS 38/04, 61/04, 40/06, 253/06, 45/07, 112/07, 223/07 e 739/07) receberão recomendação de arquivamento, mas suas principais sugestões foram aproveitadas no substitutivo.

O efeito imediato da diferenciação entre crime hediondo e crime comum reside na punição. Em seu artigo 5º, inciso XLIII, a Constituição prevê que o crime hediondo será inafiançável, não suscetível de graça ou anistia. As penas para seus agentes também são mais duras, de acordo com o Código Penal. Entre esses crimes, constam a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, o estupro, o latrocínio e o homicídio, quando praticado por grupo de extermínio.

Cota de 3% dos cargos públicos para pessoas com deficiência

Pelo menos 3% do total de cargos e empregos públicos do país devem ser reservados às pessoas com deficiência. A regra, aplicável a todos os níveis de governo, tanto para órgãos da administração direta como para as empresas públicas, está prevista em projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que deve ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Atualmente, um decreto federal apenas define um percentual mínimo de vagas – estipulado em 5% – que deve ser destinado, em concursos públicos, a pessoas com deficiência.

A medida é uma das inovações da proposta (PLS 112/06) cuja finalidade é aperfeiçoar as normas de proteção dos direitos das pessoas com deficiência, um contingente estimado em 10% da população do país. Focalizada nos campos do trabalho, educação e acessibilidade, a matéria vai a exame com relatório preparado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que recomenda sua aprovação.

Pelo texto, os órgãos públicos devem fazer programações para que a cota mínima de 3% seja alcançada no prazo de dez anos a partir da edição da lei. Para isso, cada entidade, empresa ou autarquia ficará autorizada a estabelecer, em seus concursos para admissão de novos servidores, regras especiais adaptadas ao cumprimento da medida.

Legislação avançada

José Sarney afirma que a lei brasileira que trata da política de integração das pessoas com deficiência – Lei 7.853/99 – é uma das mais avançadas do mundo. “O nosso avanço, infelizmente, ainda não chegou à realidade cotidiana”, ressalva. Por isso, ele defende novos aperfeiçoamentos, mas entende que as modificações devem ser feitas no corpo dessa mesma lei – na Câmara dos Deputados, tramita projeto que se destina a criar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresentado por Paulo Paim (PT-RS) quando exerceu mandato de deputado.

Outra medida prevista altera a legislação previdenciária para assegurar mais flexibilidade para que a pessoa com deficiência tenha acesso ao benefício da prestação continuada, equivalente a um salário mínimo, quando ela própria e a família não tenham condições de garantir sua manutenção. Pela



Projeto de José Sarney pode ser votado amanhã pela CCJ

regra, a família é considerada incapaz de prover a manutenção quando a renda *per capita* estiver abaixo de um quarto do salário mínimo. O autor do projeto sugere a exclusão do cálculo da renda familiar do valor que qualquer outro de seus membros já receba por também apresentar alguma deficiência ou por ser idoso pobre.

No campo da educação, o texto estabelece cota mínima de 5% das vagas em todo o ensino público, desde o nível fundamental e médio até o superior – as classes especiais devem ser consideradas no cálculo global da cota –, para as pessoas com deficiência.

Acessibilidade

A proposta determina que só possam ser produzidos para uso no Brasil e licenciados veículos de transporte coletivo que sejam adaptados às pessoas com deficiência. Os fabricantes terão um ano de prazo para atender a essa exigência.

A medida é um reforço a norma existente que já obriga que os veículos de transporte coletivo sejam adaptados, mas não proíbe a fabricação e prevê apenas multas simples para as empresas que descumpram a regra. No projeto, a produção de veículos não adaptados estará sujeita a multa de 20% do valor de cada veículo, com suspensão da linha de produção no caso de reincidência.

No texto, Sarney insere dispositivo que corrige omissão do novo Código Civil, para garantir plena extensão ao direito real de habitação aos filhos com deficiência, mas sem estender o benefício aos que sejam capazes de garantir sua sobrevivência. Nesse ponto, as alterações no código têm dado margem a interpretações contraditórias, havendo quem entenda que o uso exclusivo da moradia é direito único do cônjuge sobrevivente.

Comissão de Agricultura deve discutir, também, as consequências negativas da gripe suína sobre as vendas, ainda que não haja contágio pelo consumo de carne de porco

Crise na criação e exportação de suínos é tema de audiência

A SITUAÇÃO DA suinocultura no Brasil será debatida hoje na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A audiência pública foi requisitada por Raimundo Colombo (DEM-SC). Embora não esteja previsto, a reunião deverá também abordar os problemas que a gripe suína – rebatizada de Influenza A, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – pode trazer ao setor.

Foram convidados o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, Pedro Camargo Neto; o presidente da Cooperativa Central Oeste Catarinense, Mário Lanznaster; e o vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, Enori Barbieri. A CRA é presidida pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).



Colombo diz que agravamento da crise mundial prejudicou as exportações

Ao justificar o pedido de audiência, Colombo argumenta que as exportações de produtos suínos e derivados – que correspondem a cerca de 20% da produção – “despencaram em novembro e dezembro”. As exportações, continuou o senador, sentiram muito o agravamento da crise econômica internacio-

nal no mercado da Rússia, país de grande concentração das exportações da suinocultura.

Além disso, segundo Colombo, o Brasil enfrenta forte competição no setor dos produtos norte-americanos.

Gripe

Diante das notícias acerca da epidemia de gripe suína, como têm frisado os representantes dos estados da região Sul, produtores temem pelas consequências negativas sobre as vendas, ainda que os especialistas da OMS esclareçam que não há possibilidade de contágio pelo consumo da carne de porco, mas apenas pela via respiratória. A doença foi inicialmente chamada de gripe suína porque surgiu em porcos, a partir da combinação de diferentes vírus de gripe.

Temporão apresentará medidas para conter gripe

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no dia 12, para prestar esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo governo a fim de prevenir a gripe suína no país. O anúncio foi feito pelo vice-presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

– Assim se amplia mais a discussão, com a presença do ministro. Os produtores de carne suína dizem que a gripe está praticamente fechando a atividade, mesmo não sendo a carne de porco a responsável pela disseminação da doença – comentou o senador.

Flávio Arns (PT-PR) pediu a Paim que antecipe ao ministro indagações sobre os valores que o governo pretende disponibilizar para o combate à pandemia. Medidas que estão sendo tomadas para atacar o problema e o entrosamento entre as instituições envolvidas também deverão integrar os questionamentos que os senadores farão ao ministro, disse Paim.

Próteses

Na semana passada, a CAS aprovou cinco requerimentos propondo audiências públicas. A primeira delas, solicitada por Arns, deve tratar do processo de



Ministro da Saúde deve comparecer à Comissão de Assuntos Sociais no dia 12

judicialização a que vem sendo submetido o fornecimento de próteses e órteses a pacientes de baixa renda.

– Devido à baixa qualidade das próteses fornecidas pelo Sistema Único de Saúde [SUS], a pessoa que precisa fazer uma cirurgia para colocar um desses equipamentos está tendo que recorrer à Justiça – disse.

Flávio Arns considera necessária a fiscalização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Saúde sobre esses equipamentos fornecidos, além do estabelecimento de “regras simples e claras” que permitam ao paciente sentir-se seguro sobre seu uso.

Entre os convidados para discutir o assunto, estão Fausto

Pereira dos Santos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar do Ministério da Saúde; Dirceu Raposo de Mello, diretor-presidente da Anvisa; Edson de Oliveira Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina; e Arlindo de Almeida, da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

Prática farmacêutica

Outro requerimento aprovado na CAS determina a realização de audiência pública para tratar das boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias.

A profissão de teólogo, cuja regulamentação consta do PLS 114/05, também será objeto de debate, que contará com a participação de representantes da categoria.

Em conjunto com a Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da CAS, será realizado debate para instruir os projetos de lei que tratam da regulamentação da profissão de comerciante – PLS 115/07 e PLS 152/07, respectivamente, de autoria de Paulo Paim e Pedro Simon (PMDB-RS).

Em outra audiência conjunta entre a CAS e a subcomissão, serão discutidas questões referentes à epilepsia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Derrubada do veto à emenda sobre reajuste dos inativos, fim do fator previdenciário, criação de mais empregos, redução de encargos sobre a folha de pagamento e importância do programa Minha Casa, Minha Vida são a tônica dos discursos

Senadores destacam luta dos trabalhadores

Durante quase três horas, o Plenário do Senado homenageou ontem os trabalhadores pela passagem do Dia Internacional do Trabalho, transcorrido na última sexta-feira. Paulo Paim, autor do requerimento propondo a homenagem, foi

o primeiro a se pronunciar, conclamando os trabalhadores a continuarem na luta pela garantia dos seus direitos.

Vários assuntos relacionados ao tema foram lembrados pelos senadores, como o desemprego, os projetos de lei que bene-

ficiam os aposentados em tramitação na Câmara dos Deputados, as conquistas dos trabalhadores e os vetos presidenciais – que o Congresso Nacional deverá apreciar em breve – cuja derrubada é de interesse da classe trabalhadora e dos inativos.

Manutenção de direitos exige mobilização nas ruas e nas praças

“Só existe uma maneira de os trabalhadores do nosso país garantirem os seus direitos: é, com certeza, com o movimento nas ruas e nas praças, exigindo que sejam mantidos os direitos adquiridos e lutando diariamente por novas conquistas.” A receita foi transmitida por Paulo Paim (PT-RS) ao abrir a sessão de homenagem ao Dia Internacional do Trabalho.

Para o senador, o 1º de Maio deve servir para reflexão, mobilização, luta e resistência. Ele listou algumas das bandeiras que os trabalhadores brasi-

leiros empunharam na celebração do seu dia: geração de emprego e renda, redução da jornada de trabalho sem redução de salário e mais investimentos em educação, saúde e segurança.

Paim acrescentou que os trabalhadores também se mobilizaram em favor da reforma agrária, da ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da redução dos juros e do *spread* bancário, do fortalecimento da agricultura familiar e da aprovação, na Câmara, do fim do fator previdenciário e de outros

projetos já aprovados no Senado.

– Manifestações nas principais capitais mundiais exigiram mais empregos e a garantia dos direitos trabalhistas e sociais. A crise financeira também foi pauta deste 1º de Maio. Pela primeira vez na história, os oito maiores sindicatos da França se uniram, no chamado G-8 Sindical, para fazerem uma grande manifestação em Paris – registrou Paulo Paim, lamentando que mais uma vez a classe trabalhadora esteja sendo convocada para pagar a conta, com o crescimento do desemprego.



PAULO PAIM

Apelo a Lula em favor de projetos que recompõem aposentadorias

“Os aposentados brasileiros neste momento estão escravizados, abandonados, deprimidos e sofridos.” A situação dos trabalhadores aposentados foi o tema principal do pronunciamento do senador Mário Couto (PSDB-PA) em homenagem ao Dia Internacional do Trabalho. Ele pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não recomende à bancada governista na Câmara dos Deputados votar contra os projetos em tramitação naquela Casa que beneficiem os aposentados.

São três os projetos a que Mário Couto se referiu. Um deles concede às aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo. O segundo acaba com o fator previdenciário e um terceiro recompõe as aposentadorias, garantindo-lhes o valor, em salários mínimos, da época de sua concessão.

– Se o presidente Lula disser à nação que o fator previdenciário não existe mais e que os trabalhadores aposentados deixarão de ser escravos, eu virei à tribuna agradecer a ele, elogiá-lo

– afirmou Mário Couto.

O senador pelo Pará descreveu a situação de penúria econômica que atingiu o seu estado. Ele informou que apenas nos primeiros meses deste ano 500 empresas fecharam as portas e que os setores madeireiro, agropecuário e de produção mineral estão parados. Mário Couto disse ainda que, ao contrário do que a governadora Ana Júlia Carepa prometeu quando candidata, o desemprego está aumentando em massa e que o clima de bandidagem está tomando o estado.



MÁRIO COUTO

Prioridade número um do governo deve ser a geração de vagas

No Acre, em vez de os trabalhadores comemorarem o 1º de Maio, os desempregados se reuniram em um grande evento para protestar contra a falta de vagas. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) testemunhou a mobilização, na última sexta-feira. Ele informou que, enquanto nas grandes regiões metropolitanas, segundo recente levantamento, o desemprego chega a 15%, no Acre metade da população está inscrita no programa Bolsa Família.

– O desemprego no Acre é assusta-

dor. Fala-se em 150 mil trabalhadores desempregados. O estado tem uma população de aproximadamente 600 mil habitantes. Um dos temas mais explorados pelo então candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi a geração de empregos. A crise nos leva a colocar como prioridade número um do governo a preservação do emprego – afirmou.

Alvaro Dias classificou de insuficiente a medida adotada pelo Executivo federal de isentar os automóveis da cobrança do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI). Ele observou que a decisão preserva os empregos nas montadoras, mas não beneficia os demais setores da economia.

O senador disse que os trabalhadores devem ser tratados igualmente em todos os setores da atividade econômica. No seu entendimento, o governo agiria melhor se reduzisse os encargos incidentes sobre a folha de pagamento das empresas. A medida, explicou, beneficiaria todos e não apenas alguns, ignorando o drama de tantos outros.



ALVARO DIAS

“Minha Casa, Minha Vida movimentará economia e criará empregos”

Ao celebrar o Dia Internacional do Trabalho, Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que é preciso louvar a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de lançar o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O senador ressaltou que, além de reduzir o déficit habitacional do país, o programa também movimentará a economia e gerará empregos.

Na avaliação do parlamentar, o programa governamental “tem todas as chances” de se transformar em uma das mais importantes políticas públicas das últimas décadas. Ele apontou

como uma das consequências da iniciativa o incremento da indústria da construção civil, um dos setores da economia que têm uma das mais significativas cadeias produtivas e “uma fantástica capacidade de geração de empregos”.

A construção de novos bairros, assinalou Raupp, levará a investimentos em asfalto, energia, saneamento básico, escolas, hospitais e postos de saúde.

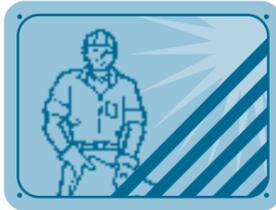
– Muitos trabalhadores, além de serem empregados na construção das casas, vão ser empregados na cons-

trução de outras obras nesses novos bairros – ressaltou o senador, acrescentando que só em Rondônia serão construídas mais de 8 mil casas.

Valdir Raupp mencionou pronunciamento que fez na semana passada, em homenagem aos trabalhadores do Brasil e do seu estado, reafirmando que, nos últimos anos, Rondônia tem sido um dos estados da Federação que mais gera empregos. O parlamentar apontou como causa os investimentos federais na construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira – Santo Antônio e Jirau.



VALDIR RAUPP



Valadares e Mão Santa lembram contribuição dos aposentados

Fator previdenciário é "crime inominável"

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), em discurso em homenagem ao Dia Internacional do Trabalho, enfatizou a importância da aprovação do projeto (PLS 296/03) que acaba com o uso do chamado fator previdenciário no cálculo das aposentadorias, ocasionando perdas de 40%, conforme afirmou. A matéria aguarda votação na Câmara dos Deputados.

O senador lembrou que, como presidente da Comissão de Assuntos Sociais, colocou o projeto em votação em regime de urgência, o que permitiu a análise "após longos anos de discussão". Ele recordou, ainda, o seu voto contrário ao projeto que criou o fator previdenciário, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, por considerá-lo "um crime inominável".

Valadares enfatizou ainda outras conquistas da classe trabalhadora obtidas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o reajuste automático do salário mínimo com base na inflação e na variação do produto interno bruto (PIB).



ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Derrubada do veto a reajuste de 16,67%

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu da tribuna, durante homenagem ao Dia Internacional do Trabalho, que o Congresso derrube o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao dispositivo que daria um reajuste de 16,67% aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganham mais que um salário mínimo. O veto foi feito pelo presidente ao Projeto de Lei de Conversão 18/06. Para Mão Santa, conceder um reajuste aos aposentados nesse percentual "será uma verdadeira homenagem aos trabalhadores".

Segundo o senador, "o presidente Lula não vai ficar zangado" com a derrubada do veto. E agindo assim, observou, o Legislativo verá sua imagem "renascer" perante a população.

Ele conclamou ainda os deputados a aprovarem, sem modificações, o projeto – já votado pelo Senado – que dá aos aposentados do INSS o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo.

Mão Santa sustentou ainda que o Executivo deve reexaminar sua objeção à proposta – também já aprovada pelo Senado – que acaba com o chamado fator previdenciário na concessão de aposentadorias.



MÃO SANTA

Senadores querem que o governo federal socorra com rapidez e eficácia os municípios do Nordeste afetados por enchentes, nos quais há milhares de desabrigados e problemas de infraestrutura



Estrutura da região, acostumada à seca, não está preparada para tantas chuvas, diz Cícero Lucena

Cícero Lucena pede ajuda para o Nordeste

CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) chamou a atenção para as severas condições a que estão sujeitos os nordestinos atingidos pelas enchentes, principalmente no Rio Grande do Norte e no Piauí. Na opinião do senador, é hora de a máquina pública, nos três níveis de governo, mostrar agilidade. Lucena disse que a estrutura da região Nordeste, que na maior parte do tempo convive com a seca, não está preparada para enfrentar precipitações que fujam dos padrões normais.

Recordando cheias que atingiram seu estado no passado, o senador pediu sensibilidade a todas as autoridades e funcionários envolvidos com o problema, já que as cheias prejudicam em maior grau a população carente.

Cícero Lucena fez ainda uma homenagem ao Dia Internacional do Trabalho, informando que comemorou a data na cidade de Itaporanga, no vale do Piancó, Paraíba. Lá participou, entre outros eventos, do maior torneio de pelada do Brasil, o Poirão.

– Ao fazer a abertura, eu dizia que a maior homenagem que se pode fazer ao trabalhador é respeitá-lo, pagar salários dignos e em dia, preocupar-se com a segurança no trabalho e garantir-lhe que na aposentadoria tenha tranquilidade – afirmou.

O senador também homenageou, com pedido de voto de pesar, a empresária, ex-vereadora, produtora cultural e ativista dos direitos dos idosos Creuza Pires, paraibana de 75 anos que morreu no domingo.



Aeroporto funciona à noite há mais de 30 anos e nunca houve acidente, garante José Agripino

Agripino critica suspensão de voos noturnos em Mossoró

A suspensão, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), de voos noturnos de médio e grande porte no aeroporto de Mossoró (RN) foi lamentada por José Agripino (DEM-RN).

Os voos foram suspensos devido à falta de um farol aeroportuário rotativo, à inexistência de sistema de iluminação em toda a extensão da pista, além de outros problemas, relatou o senador.

– O aeroporto de Mossoró tem pista onde pousa à noite avião de médio e grande porte há mais de 30 anos e nunca houve acidente nenhum. E agora a Infraero, não sei por que razão, manda um documento suspendendo pousos e decolagens com exigências que eu tenho a impressão que, se fossem feitas ao aeroporto do Galeão, provocariam o seu fechamento – declarou.

Ao destacar o efeito prejudicial que o fechamento do aeroporto de Mossoró poderá ter para as principais atividades econômicas desenvolvidas na região, tais como turismo, cultivo de frutas e carcinocultura, José Agripino fez ainda um alerta para o papel estratégico que o aeroporto de Mossoró poderia representar no socorro à população local em caso de rompimento de alguma das muitas barragens existentes na área.



Garibaldi: governo federal precisa mandar socorro imediatamente para o estado

Garibaldi alerta para efeitos da chuva no RN

DEVIDO ÀS CHUVAS e inundações que castigam o Nordeste, Garibaldi Alves (PMDB-RN) disse que o Rio Grande do Norte "precisa do socorro imediato do governo federal". Vários municípios do estado encontram-se em situação de emergência e estima-se que cerca de 30 mil pessoas estejam desabrigadas.

– Contamos com a sensibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – afirmou o senador.

Segundo Garibaldi, não se pode repetir agora o que ocorreu no ano passado, "quando o governo federal prometeu enviar ao estado R\$ 98 milhões em ajuda, mas acabou repassando somente R\$ 7 milhões".

– O fenômeno das chuvas se repetiu neste ano. O da omissão e da indiferença também vai se repetir? – indagou, assinalando que as chuvas podem prejudicar a atividade econômica da região, como a que se desenvolve no vale do Açu, onde há cultivo de banana, mamão e melão e também a criação de camarão.

José Agripino (DEM-RN) alertou para o perigo de que, com as inundações, as empresas que atuam nos locais afetados decidam se mudar para outro lugar.

Garibaldi também homenageou o Dia Internacional do Trabalho e elogiou Paulo Paim (PT-RS) pelas propostas que visam beneficiar os trabalhadores e os aposentados, como a que acaba com o fator previdenciário e a que estende aos aposentados o reajuste concedido ao salário mínimo.

Suplicy lamenta morte do dramaturgo Augusto Boal

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de pesar pela morte do diretor teatral, dramaturgo, ator e ensaísta Augusto Boal, ocorrida sábado, no Rio de Janeiro. Nascido em 1931, o carioca Augusto Boal tornou-se um dos nomes mais importantes do teatro brasileiro, ficando conhecido mundialmente. Preso e exilado em 1971, Boal retornou ao Brasil somente em 1984. Nesse período, manteve sua carreira no exterior, inicialmente na Argentina, onde desenvolveu a estrutura teórica dos procedimentos do "teatro do oprimido".

– Ele era daqueles que vão ao fundo das coisas, que fazem experiências, que não têm medo de transformar o estabelecido. Tanto é que, no dia 27 de março, Augusto Boal recebeu da Unesco o título de Embaixador Mundial do Teatro – destacou Suplicy.

Para o senador, o trabalho de Boal permanecerá em todos os que se dedicam ao teatro e naqueles que descobrem na dramaturgia um meio para transformar a realidade da vida para melhor, como ele preconizava.

Em apartes, Mão Santa (PMDB-PI) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) também homenagearam o dramaturgo.

Eduardo Suplicy expressou ainda solidariedade aos estados nordestinos que se encontram em estado de calamidade pública devido a enchentes.



Suplicy destaca que Boal recebeu da Unesco, em março, o título de Embaixador Mundial do Teatro